

VI Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos Públicos da Estrutura Funcional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

INSTRUÇÕES

01. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
02. Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de questões.
 - b) um cartão resposta
 - c) caneta esferográfica de tinta azul ou preta, escrita normal
03. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida
04. Ao receber o cartão resposta, verifique se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente
05. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**.
Transcreva para o cartão resposta a alternativa correta.
Há somente uma alternativa correta para cada questão.
Exemplo: Se a alternativa correta de uma determinada questão for **B**, o candidato deverá preencher totalmente a bolha correspondente, com caneta esferográfica azul ou preta, conforme modelo abaixo:



06. Não faça rasuras no cartão-resposta.
07. Procure responder a todas as questões
08. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos Fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
09. Ao terminar entregue o cartão-resposta ao fiscal.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

Sala: Cart.: Insc: Cont.

Local:

Nome:

RG:

Cargo: 116 Analista Judiciário - área meio Graduação superior
1ª microrregião

Nível Superior

Analista Judiciário - Área Meio

"Sou pela verdade. não importa quem a diga. Sou pela justiça. não importa a favor de quem ou contra quem."

Malcon X

Boa Prova!
Família Fadems

DATA: 26 de agosto de 2012

HORARIO: 8h

REALIZAÇÃO:

FADEA

Fundação de Amparo à Pesquisa e à Docência do Estado de Mato Grosso do Sul

Língua Portuguesa

As questões de 01 a 13 avaliam conhecimentos sobre diferentes itens do conteúdo previsto em Edital e referem-se ao texto a seguir:

1 A invasão do politicamente correto

2 Qual a melhor maneira de se dirigir aos negros, homossexuais e idosos? Como
3 não ofendê los? Quais palavras usar e quais repudiar? Há dez anos, perguntas como
4 essas dificilmente povoariam a mente dos brasileiros. Hoje, dúvidas assim são comuns.
5 Essa mudança de comportamento, que reflete diretamente em nossa maneira de falar,
6 deve-se ao Movimento do Politicamente Correto. Nascido na militância política pelos
7 direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 70, ele ganhou força nas universidades
8 americanas nos anos 80 e desembarcou no Brasil pouco mais de dez anos depois. Prega
9 que alguns termos sejam banidos do vocabulário para evitar manifestações
10 preconceituosas de gênero, idade, raça, orientação sexual, condição física e social.

11 A mania vem sendo incorporada pela sociedade, mas ferve o sangue de
12 intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra. O
13 professor de Linguística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), Bruno
14 Dallare, considera o PC (como é chamado o movimento) autoritário, arbitrário e
15 cerceador. "Ele provoca efeito contrário ao que defende", diz. "Ao seguir regras, a pessoa
16 perde a naturalidade e se distancia do interlocutor." Além disso, os termos, em alguns
17 casos, transcendem o bom senso. As expressões "terceira idade" e "melhor idade",
18 criadas por técnicos da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para nomear
19 programas de viagem destinados aos idosos, têm como objetivo mascarar a velhice.
20 Trata-se de uma jogada de marketing – o termo, mais positivo que "velhice", ajudaria a
21 atrair esse público. Agora, já há profissionais do setor de turismo utilizando a expressão
22 "suave idade", como se essa realmente fosse a fase mais suave da vida.

23 "Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto", diz o escritor Rubem
24 Alves, do alto de seus 77 anos. "Já imaginaram se Ernest Hemingway tivesse dado ao
25 seu livro o nome de *O idoso e o mar* (o nome é *O velho e o mar*)?", questiona. O
26 Ministério do Turismo cunhou "melhor idade" depois que a expressão "terceira idade" foi
27 registrada e eles perderam o direito de utilizá-la. "Não acho o termo bom, mas foi o
28 melhor que encontramos", diz Maria Flor, do Ministério do Turismo.

29 As expressões difundidas pelos politicamente corretos estão presentes,
30 principalmente, na militância gay e no movimento negro. A Associação Brasileira de
31 Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) editou uma cartilha para
32 educadores e outra para comunicadores, em que sugere quais palavras devem ser
33 usadas. Exemplo disso é a troca de "homossexualismo" por "homossexualidade". O
34 argumento é forte. Em 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o
35 homossexualismo da lista de doenças. Por isso, o sufixo "ismo" (que remete a doenças)
36 não teria mais sentido. O movimento negro afirma que eles não querem ser chamados de
37 "neguinho" e "preto". Preferem "afrodescendentes" – uma tradução, um pouco torta, do
38 termo usado nos Estados Unidos pelos PCs, "afro-americans". Grande parte dos termos
39 politicamente corretos brasileiros é inspirada no linguajar americano. Mas eles também
40 nascem aqui. "Muitos termos e expressões são criados, mas somente alguns são aceitos
41 pela mídia e passados para a frente", diz Dallare.

42 Até mesmo as escolas de ensino infantil são berço dessas manifestações. Há dez
43 anos educadores alteram a letra de canções de roda consagradas. Clássicos como "Atirei
44 o pau no gato", "O cravo e a rosa" e "Boi da cara preta" têm sido considerados
45 inadequados. O primeiro, por exemplo, é tido como agressivo e "pouco amigo" dos
46 animais. Os outros dois são tachados, respectivamente, de "desumano" e "racista".
47 Segundo Claudia Razuk, coordenadora de uma das unidades do Colégio Itatiaia, em São
48 Paulo, o objetivo é, desde cedo, ensinar à criança a maneira correta de agir. "A escola
49 existe para isso", afirma. Recentemente, a própria educadora mudou a letra de uma
50 canção, que considerava pessimista, para uma versão mais "cor-de-rosa".

51 Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do governo federal, editou
52 a Cartilha do Politicamente Correto. E foi bombardeada – acusada de cercear a liberdade
53 de expressão e criticada por seus "exageros". Termos como "peão", "comunista" e
54 "funcionário público" eram desaconselhados. A obra foi engavetada, mas deixou uma
55 lição. Com o uso de palavras politicamente corretas ou não, o fundamental é ter bom
56 senso. (Por Cláudia Jordão, ISTOÉ, Edição 2027, 10-9-2008. Com alterações, supressões
57 e adaptações. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/8822>).

01 - Assinale a alternativa que pode representar a mensagem do texto:

- A) Ninguém é obrigado a empregar palavras politicamente corretas, mas seu uso é sinal de bom senso e de respeito aos direitos civis dos cidadãos.
- B) Por serem de origem americana, os termos politicamente corretos invadiram a sociedade brasileira e transformaram-se em mania nacional, comprometendo o trabalho da mídia e dos professores. Devem, portanto, ser banidos do vocabulário brasileiro.
- C) Embora haja excessos, os termos politicamente corretos devem ser empregados nas relações cotidianas e, sobretudo, nos primeiros anos escolares.
- D) Ao uso de termos "politicamente corretos" deve ser agregado o bom senso, pois eles, por si e apesar de sua proliferação, não garantem a coibição de manifestações preconceituosas.
- E) Os termos politicamente corretos devem ser incorporados ao vocabulário dos cidadãos brasileiros, pois seu uso coibirá manifestações preconceituosas e contribuirá significativamente para a democratização da sociedade.

02 - Sobre os posicionamentos da autora inscritos no texto, é **correto** afirmar que:

- A) A palavra "velho" não é politicamente incorreta, mas "idoso" representa com mais polidez aqueles que estão na "melhor idade".
- B) Excessos no uso de termos politicamente corretos indicam autoritarismo e, portanto, concorrem para o distanciamento entre as pessoas.
- C) A iniciativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em editar a Cartilha do Politicamente Correto foi injustamente criticada, pois trazia claros exemplos de bom senso.
- D) A iniciativa das escolas de ensino infantil em alterar letras de canções de roda é um exemplo de bom senso, pois é nessa faixa de escolaridade que se ensina a maneira correta de agir e falar.
- E) Alguns termos considerados politicamente corretos são usados para mascarar a realidade, e não para coibir manifestações preconceituosas.

03 - O processo de interpretação de textos depende, entre outros fatores, da compreensão do papel dos sinais de pontuação na construção de sentidos. Assim, assinale a alternativa que apresenta o comentário **correto** sobre o uso (presença ou ausência) desses sinais no texto em questão:

- A) Em "Bruno Dallare, considera o PC [...]" (l. 13-14), há um uso indevido de vírgula, pois não se pode separar o sujeito do predicado.
- B) Em "mas ferve o sangue de intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra" (l. 11-12), fica pressuposto que todos os intelectuais, escritores e músicos têm como ferramenta de trabalho a palavra. Esse sentido de generalização é representado pela ausência de vírgula antes de "cuja".
- C) Em "Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto" (l. 23), as aspas duplas representam tratar-se da transcrição da fala de outrem (no caso, Rubem Alves), enquanto as aspas simples indicam tratar-se da palavra "velho", e não de uma referência a pessoas.
- D) Se suprimirmos as aspas simples em 'velho' (l. 23), não haverá qualquer alteração de sentido no enunciado.
- E) As aspas são empregadas para indicar ironia em: "terceira idade" e "melhor idade" (l. 17) e em 'homossexualismo' e "homossexualidade" (l. 33).

04 - A alternativa que traz a análise **correta** da oração "por que 'velho' é politicamente incorreto" (l. 23) é:

- A) subordinada substantiva objetiva direta.
- B) subordinada adverbial causal.
- C) subordinada adjetiva explicativa.
- D) subordinada substantiva predicativa.
- E) coordenada sindética explicativa.

05 - Analisados os homônimos e/ou a forma variante empregados no texto, é **correto** afirmar que:

- A) Em "Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto" (l. 23), a expressão grifada está assim grafada porque se constitui de dois elementos mórficos (preposição e pronome relativo). Seu emprego e grafia estão corretos.
- B) Em "Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto" (l. 23), a expressão grifada está corretamente grafada porque se trata de uma pergunta direta.
- C) Em "Não entendo por que 'velho' é politicamente incorreto" (l. 23), a expressão grifada está incorretamente grafada (deveria ser "porque"), pois seu sentido é de explicação ou causa.
- D) A palavra "senso" deveria ter sido grafada "censo" em sua primeira ocorrência (l. 17), pois remete à ideia de estatística; na segunda ocorrência (l. 56), a grafia está correta.
- E) A palavra "viagem" (l. 19) está corretamente grafada, pois se trata de substantivo, ao passo que "peão" (l. 53) deveria ter sido grafada com "i" ("pião"), pois se refere à peça do jogo de xadrez.

06 - A alternativa que traz o comentário **correto** sobre o uso de tempos/modos verbais no texto é:

- A) Em "ferve" (l. 11), o presente foi empregado para representar o presente estrito, simultâneo ao momento da escrita do texto.
- B) Em "povoariam" (l. 4) e "ajudaria" (l. 20), a autora usou o futuro do pretérito para indicar que os fatos referidos ocorreram num passado distante e irreal.
- C) Pelo sentido que se instaura no enunciado "ferve o sangue de intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra" (l. 11-12), a forma verbal "é" poderia ser substituída por "seja".
- D) O presente do indicativo está indevidamente empregado em "alteram" (l. 43), devendo ser substituído pelo pretérito mais-que-perfeito, que representa passado remoto: "alteraram".
- E) A construção "têm sido" (l. 44) tem efeito de passado e, no contexto, poderia ser substituída por "foram", sem qualquer prejuízo de sentido.

07 - Observadas as relações de coesão estabelecidas no texto, é **correto** o que consta na alternativa:

- A) O pronome "lá" (l. 27) refere-se a "melhor idade" (l. 26).
- B) O pronome "eles" (l. 27) refere-se a "idosos" (l. 19).
- C) O pronome "eles" (l. 36) retoma "afrodescendentes" (l. 37).
- D) O uso do pronome "seus" (l. 53) produz certa ambiguidade: pode remeter tanto a "a Cartilha do Politicamente Correto" (l. 52) quanto a "a Secretaria Especial dos Direitos Humanos" (l. 51).
- E) "dessas manifestações" (l. 42) refere-se a "manifestações preconceituosas" (l. 9-10).

08 - Assinale a alternativa que contém o comentário **correto** sobre as relações de coesão e/ou de concordância estabelecidas no texto:

- A) Em "utilizá-la" (l. 27), o pronome deveria estar no masculino plural para concordar com a palavra a que se refere: "eles" (l. 27).
- B) O pronome "cuja" (l. 12) estabelece uma relação de posse entre "intelectuais, escritores e músicos" e "ferramenta" (l. 12) e está no feminino singular para concordar com "ferramenta".
- C) A forma verbal "têm" (l. 19) está no plural para concordar com "técnicos" (l. 18), palavra a que se refere, mas poderia estar no singular para concordar com "Empresa Brasileira de Turismo" (l. 18).
- D) Em "é inspirada" (l. 39), há erros de concordância. A forma correta seria "são inspirados", para concordar com "dos termos politicamente corretos brasileiros" (l. 38-39), expressão que é retomada por "eles" (l. 39) no período seguinte.
- E) Em "são berço" (l. 42), há um erro de concordância, que, se observadas as relações de coesão, poderia ser corrigido de duas maneiras: "é berço", ou "são berços".

09 Assinale a alternativa em que a oração reduzida está **corretamente** classificada:

- A) "Ao seguir regras" (l. 15) – subordinada adverbial consecutiva reduzida de infinitivo.
- B) "Ao seguir regras" (l. 15) – subordinada adverbial concessiva reduzida de infinitivo.
- C) "de utilizá-la" (l. 27) = subordinada substantiva objetiva indireta reduzida de infinitivo.
- D) "de cercear a liberdade de expressão" (l. 52-53) – subordinada adjetiva restritiva reduzida de infinitivo.
- E) "ter bom senso" (l. 55-56) – subordinada substantiva predicativa reduzida de infinitivo.

10 Ainda com base no texto, assinale a alternativa em que a palavra ou expressão **não foi empregada** como substantivo:

- A) "politicamente correto" (l. 1).
- B) "negros" (l. 2).
- C) "idosos" (l. 2).
- D) "brasileiros" (l. 39).
- E) "fundamental" (l. 55).

11 - Esta questão envolve diferentes itens do conteúdo programático (interpretação de texto, emprego das classes de palavras, regência e crase). Assinale a alternativa que apresenta a informação **correta** sobre o item em avaliação:

- A) A palavra "já" tem o mesmo sentido em "já há profissionais" (l. 21) e "Já imaginaram [...]?" (l. 24-25).
- B) A palavra "mais" comporta-se como advérbio de intensidade em todas as ocorrências: "pouco mais de dez anos" (l. 8); "mais positivo" (l. 20); "mais suave" (l. 22); "mais sentido" (l. 36); "mais 'cor-de-rosa'" (l. 50).
- C) Em "transcendem o bom senso" (l. 17), considerado o sentido em que o verbo foi empregado, há um problema de regência: a forma correta seria "transcendem ao bom senso".
- D) O acento indicativo de crase foi indevidamente empregado em "ensinar à criança a maneira correta de agir" (l. 48), pois o verbo "ensinar" não rege preposição.
- E) Em "que reflete diretamente em nossa maneira de falar" (l. 5), há um erro de regência: foi usada indevidamente a preposição "em", pois o verbo "refletir" é, no contexto, transitivo direto.

12 - Ainda com base no texto e consideradas a acentuação e/ou a grafia propriamente dita, assinale a alternativa que contém uma palavra que, conforme definiu o Acordo Ortográfico, passou a admitir dupla forma:

- A) "Linguística" (l. 13), que, por ser nome próprio, poderá ser grafada também com trema.
- B) "gênero" (l. 10), que também poderá ser assim acentuada: "genero".
- C) "têm" (l. 19), cujo acento passa a ser facultativo.
- D) "distancia" (l. 16), que poderá ser também assim grafada: "distância".
- E) "contrário" (l. 15), que poderá ser grafada também sem acento gráfico: "contrario"

13 Esta questão avalia conhecimentos sobre interpretação, grafia (antes e/ou após o Acordo Ortográfico de 2008) e homônimos. Assinale a alternativa que apresenta a informação **correta** sobre o respectivo item:

- A) A forma verbal "há" tem o mesmo sentido em "já há profissionais" (l. 21) e "Há dez anos" (l. 42-43).
- B) Se considerarmos o que prescrevem as novas normas definidas no Acordo Ortográfico, a palavra "intelectuais" (l. 12) deveria ter sido assim grafada: "inteletuais".
- C) Se considerarmos o que prescrevem as novas normas definidas no Acordo Ortográfico, a palavra "desumano" (l. 46) deveria ter sido assim grafada: "deshumano".
- D) A autora empregou indevidamente o "ch" em "tachados" (l. 46): o correto seria "taxados", pois o sentido é de qualificação.
- E) A autora empregou "tachados" (l. 46) - e não "taxados" - porque, no contexto, o sentido é de qualificação ou censura.

14 Considere o seguinte texto: "Art. 3º. Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária." (Lei Maria da Penha Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br). Sobre o uso (presença ou ausência) do "acento" indicativo de crase, é **correto** o comentário contido na alternativa:

- A) Em todas as ocorrências, a crase foi corretamente indicada, pois tanto a palavra "direitos" quanto a palavra "acesso" regem a preposição "a", que se funde ao artigo "a" que determina as palavras femininas em questão.
- B) Em "asseguradas às mulheres as condições", inverteu-se o uso: deveria ser "asseguradas as mulheres as condições".
- C) Apenas em "às mulheres" o uso do acento é obrigatório. Em todas as demais ocorrências esse uso é facultativo.
- D) Em "ao acesso à justiça", o acento está empregado indevidamente, pois a palavra "acesso" é masculina.
- E) Apenas em "às mulheres", "à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia" o acento está corretamente aplicado; nos demais casos, foi aplicado desnecessariamente.

15 - Assinale a alternativa **correta** quanto à concordância (nominal e/ou verbal):

- A) Vossa Excelência sabeis que, no âmbito da Justiça e do Direito, pode-se tomar decisões legalistas ou humanistas.
- B) Vossa Excelência sabe que, no âmbito da Justiça e do Direito, podem-se tomar decisões legalistas ou humanistas.
- C) Não se deve descartar o fato de que existe artigos da Constituição ainda não regulamentada.
- D) Não se deve descartar o fato de que existe artigos da Constituição ainda não regulamentados.
- E) Os brasileiros esperam que, concluído os trabalhos da "CPI do Mensalão", a maioria dos denunciados sejam condenado.

16 - Ainda quanto a concordância (verbal e/ou nominal), a alternativa **correta** é:

- A) Uma das coisas que mais me impressionam é a capacidade de dissimulação que têm alguns políticos.
- B) Havia três defensores do Botafogo na marcação, mas o atacante do Palmeiras conseguiu fazer o gol.
- C) Já fazem vinte e cinco dias que não chove em nossa região.
- D) Anexo ao processo, segue cópias das citações e intimações já emitidas.
- E) Faltou aos autos os depoimentos das testemunhas de defesa.

17 - A pontuação está **correta** na alternativa:

- A) Em *A Era dos Direitos*, o sociólogo italiano, Norberto Bobbio, afirma que, nunca se falou tanto em direitos (humanos, civis, dos animais, etc.), quanto hoje.
- B) Em *A Era dos Direitos*, o sociólogo italiano Norberto Bobbio, afirma que, nunca se falou, tanto em direitos (humanos, civis, dos animais, etc...) quanto hoje.
- C) Comparando: as definições das palavras legalidade e legitimidade pode-se afirmar, que, a primeira, indica força e amparo de lei, a segunda envolve: base moral advinda da cultura e de costumes locais.
- D) Comparando as definições das palavras legalidade e legitimidade pode-se afirmar que, a primeira, indica força e amparo de lei. A segunda, envolve base moral advinda da cultura e de costumes locais.
- E) Comparando definições das palavras "legalidade" e "legitimidade", pode-se afirmar que a primeira indica força e amparo de lei; a segunda envolve base moral, advinda da cultura e de costumes locais.

18 Observadas as relações de regência e o uso (presença ou ausência) do "acento" indicativo de crase, está **correta** a alternativa:

- A) A estratégia publicitária da indústria de bebidas alcoólicas alia à bebida ao esporte, à conquistas amorosas e de status. Não obedece, portanto, princípios éticos.
- B) A finalidade do Legislativo, ao dar base legal à algo, é visar exclusivamente o superior interesse coletivo
- C) Seu discurso não agradou à maioria porque não obedeceu à máxima da quantidade: falou demais e nada acrescentou ao que o público já sabia.
- D) Às políticas públicas relacionadas ao trânsito e a regulação do estímulo ao consumo de bebidas alcoólicas não podem continuar sendo conflitantes. É necessário que se proceda uma articulação entre elas.
- E) No que se refere as implicações entre álcool e trânsito, o Brasil já vem divulgando campanhas e promulgando leis, no entanto é necessário que também invista em saúde e oriente à população sobre os riscos do consumo excessivo de álcool.

19 - A alternativa **correta** quanto ao emprego de tempos e modos verbais é:

- A) Embora nem sempre valem nossos esforços, nós nos mantemos na luta.
- B) Espero que, quando eu voltar, você já tenha concluído o texto.
- C) Se eles se mantessem atentos ao Camisa 9, não tinham perdido a partida.
- D) Quando você ver uma briga entre marido e mulher, esqueça o ditado popular; denuncie!
- E) Se ninguém deter o avanço das drogas entre crianças e adolescentes, não há espaço nem para a aplicação de medidas alternativas

20 - O uso dos parônimos e da forma variante está **correto** na alternativa:

- A) Está provado que, durante o exercício do mandado, os iminentes parlamentares desviaram vultosas quantias de dinheiro público. Espera-se, no mínimo, que se esclareçam os motivos porque não foi instaurada uma CPI.
- B) Está provado que, durante o exercício do mandato, os eminentes parlamentares desviaram vultuosas quantias de dinheiro público. Espera se, no mínimo, que se esclareçam os motivos porquê não foi instaurada uma CPI
- C) Está provado que, durante o exercício do mandato, os iminentes parlamentares desviaram vultuosas quantias de dinheiro público. Espera se, no mínimo, que se esclareçam os motivos por quê não foi instaurada uma CPI.
- D) Está provado que, durante o exercício do mandato, os eminentes parlamentares desviaram vultosas quantias de dinheiro público. Espera se, no mínimo, que se esclareçam os motivos por que não foi instaurada uma CPI.
- E) Está provado que, durante o exercício do mandado, os iminentes parlamentares desviaram vultuosas quantias de dinheiro público. Espersa se, no mínimo, que se esclareça porquê não foi instaurada uma CPI.

Noções de Direito

21 - Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul é **correto** afirmar que:

- A) O provimento dos cargos públicos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul far-se-á por determinação do Corregedor-Geral de Justiça.
- B) As atribuições do cargo não justificam a criação, mesmo que por lei, de outros requisitos para o ingresso no serviço público além daqueles já elencados no Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.
- C) A reversão, a recondução e a aposentadoria são formas de provimento de cargo público.
- D) O ato de nomeação somente será expedido para provimento de cargo efetivo.
- E) Tratando-se de servidor comissionado do Poder Judiciário, no caso de nomeação em cargo público de provimento efetivo, proceder-se-á a adequação quanto ao regime previdenciário, recomeçando, a partir da nomeação, novo período aquisitivo para efeito de carreira, de férias e de gratificação natalina, em decorrência do novo vínculo permanente.

22 - Com base na Lei nº 3.310/2006 e alterações posteriores, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O aprovado em concurso público, diplomado para exercer o mandato eletivo nas esferas de governo municipal, estadual ou federal, quando da publicação do ato de nomeação, terá o prazo de posse contado da data do término do mandato, salvo no caso de acumulação legal.
- B) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- C) O servidor público designado para função de confiança deverá entrar em exercício de imediato, sob pena de invalidação do ato de designação.
- D) A posse e o exercício poderão ser reunidos em um só ato.
- E) Salvo os casos previstos em lei, o servidor que interromper o exercício por mais de trinta dias consecutivos ou sessenta dias interpoladamente, durante um ano, ficará sujeito à pena de demissão por abandono de cargo ou inassiduidade habitual.

23 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) O servidor público do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul poderá ter domicílio eleitoral em outro estado da Federação, caso a prestação dos serviços seja realizada em comarcas de divisa interestadual.
- B) Não se compreende na proibição de acumular, a percepção conjunta de vencimento, remuneração ou proventos com pensão de qualquer natureza.
- C) O servidor público do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul poderá exercer, cumulativamente, um cargo de confiança e uma função de confiança, limitando-se os seus vencimentos ao teto constitucional.
- D) É vedada, ao servidor efetivo do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, a acumulação do cargo público com a prestação de serviços como autônomo, ainda que haja a compatibilidade de horário.
- E) É vedada a acumulação de cargo técnico ou científico do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul com cargo de professor no âmbito do Poder Executivo estadual.

24 - Será aplicada a pena de demissão em caso de

- A) crime contra a administração pública em decorrência de decisão judicial com trânsito em julgado.
- B) dano causado a terceiro por ato culposo ou doloso, praticado no desempenho do cargo ou função.
- C) condenação pela justiça comum, a pena privativa de liberdade superior a dois anos.
- D) reincidência em atrasos injustificados penalizados com uma advertência.
- E) falta grave.

25 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) A obrigação de reparar o dano cessa com o falecimento do servidor responsável pelo dano causado.
- B) A responsabilidade administrativa resulta apenas de atos comissivos, praticados no desempenho de cargo ou função.
- C) Tratando-se de dano causado a terceiro, por dolo ou culpa, e indenizado pelo Erário, cessa a responsabilidade e o dever de indenizar do servidor causador do dano, inclusive quanto ao ressarcimento ao Erário.
- D) As cominações civis, penais e administrativas não podem cumular-se, vez que o servidor público não poderá ser penalizado mais de uma vez por uma mesma conduta irregular.
- E) A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil ou administrativa, se negar a existência do fato ou afastar o servidor acusado da respectiva autoria.

26 - Sobre o processo administrativo disciplinar, regido pela Lei n. 3.313, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, assinale a alternativa **correta**.

- A) Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a aplicação da penalidade de demissão é obrigatória a prévia instauração de sindicância.
- B) Se, no processo administrativo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora poderá deixar de aplicar a penalidade administrativa e remeter os autos para o Ministério Público Estadual para propor a ação penal cabível.
- C) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame pericial direto ou indireto não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- D) É vedado o afastamento preventivo do servidor infrator antes da conclusão do processo administrativo disciplinar.
- E) A autoridade julgadora ficará adstrita ao resultado de eventual laudo pericial realizado durante a instrução processual.

27 - Sobre o processo administrativo disciplinar e sua revisão, regido pela Lei n. 3.313, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, podemos afirmar que:

- A) Se da sindicância resultar a aplicação de pena de suspensão, deverá ser garantido ao sindicado o direito a ampla defesa e o contraditório antes da aplicação da pena.
- B) É indispensável a publicação da portaria de instauração do processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade do ato.
- C) Ao servidor público que se recusar a depor, sem justa causa, será, pela autoridade competente, aplicada a penalidade prevista para o crime de prevaricação.
- D) As diligências externas, quando realizadas na fase de instrução processual, não poderão ser acompanhadas pelo servidor acusado, cabendo-lhe manifestar sobre tal prova nas alegações finais da defesa.
- E) A revisão processar-se-á em apenso ao processo administrativo disciplinar, não havendo impedimentos para o agravamento da pena, caso a comissão revisora entenda ser cabível pena mais rigorosa.

28 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O julgamento do processo fora do prazo não implica sua nulidade.
- B) A decisão da autoridade julgadora do processo administrativo disciplinar deverá conter a indicação dos motivos de fato e de direito que se fundar e deverá ser proferida no prazo de vinte dias, contados do recebimento do processo.
- C) Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora, declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará que a comissão reveja seus atos visando sanar as irregularidades apontadas.
- D) A autoridade julgadora não está vinculada às conclusões do relatório da comissão processante, podendo agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade em decisão motivada.
- E) O servidor, que responde a processo disciplinar, só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo disciplinar e o cumprimento da penalidade, quando aplicada.

29 - Sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa **correta**.

- A) A circunscrição constitui-se de, no máximo, três comarcas, formando área contínua.
- B) A sede da comarca é a do município que lhe dá o nome e, em caso de criação de comarca integrada por mais de um município, preferentemente a daquele de maior população e de mais fácil acesso.
- C) Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá são comarcas de entrância especial.
- D) O Estado de Mato Grosso do Sul possui 10 (dez) circunscrições judiciárias.
- E) As comarcas são classificadas, de acordo com o movimento forense, densidade demográfica, rendas públicas, meios de transporte, situação geográfica, extensão territorial e outros fatores socioeconômicos de relevância, em quatro entrâncias.

30 Assinale a alternativa **correta**

- A) Em cada circunscrição haverá um juiz substituto; em cada comarca, um juiz de direito e um Tribunal do Júri; e em cada distrito judiciário, um juiz de paz.
- B) Nas varas cíveis de competência residual de comarcas de entrância especial haverá, pelo menos, dois juizes de direito.
- C) A Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (EJUD-MS) é um órgão do Poder Judiciário do Estado.
- D) O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul compõe-se de 33 (trinta e três) Desembargadores.
- E) As vagas de desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul são preenchidas exclusivamente por juizes de carreira, mediante promoção, por antiguidade e por merecimento.

31 - As Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça são compostas, cada uma, por:

- A) 02 (dois) desembargadores.
- B) 03 (três) desembargadores.
- C) 04 (quatro) desembargadores.
- D) 05 (cinco) desembargadores.
- E) 06 (seis) desembargadores.

32 - Assinale a alternativa **correta**

- A) O Conselho Superior da Magistratura é um órgão permanente de disciplina do Poder Judiciário Estadual, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor Geral de Justiça.
- B) As Seções e as Câmaras são presididas pelos desembargadores mais antigos, pelo prazo de um ano, permitida uma única recondução.
- C) O Presidente do Tribunal será eleito entre os membros do Órgão Especial para mandato de três anos.
- D) A Seção Especial Cível de Uniformização de Jurisprudência será integrada pelos dois desembargadores mais antigos componentes das respectivas Câmaras Cíveis.
- E) Somente pela maioria de seus membros poderá o Órgão Especial declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, devendo estes julgamentos funcionar com pelo menos um terço de seus membros.

33 – Os membros da Defensoria Pública, os Procuradores de Estado e os Prefeitos, nos crimes comuns e de responsabilidade, serão processados e julgados originariamente pelo/pela(s):

- A) Tribunal Pleno.
- B) Órgão Especial.
- C) Câmaras Criminais.
- D) Seção Criminal.
- E) Corregedoria-Geral de Justiça.

34 - Contra as decisões originárias do Conselho Superior da Magistratura caberá recurso para:

- A) o Tribunal Pleno.
- B) o Órgão Especial.
- C) a Seção Criminal.
- D) a Corregedoria Geral de Justiça.
- E) o Presidente do Tribunal de Justiça.

35 - O julgamento de recursos contra as decisões do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar compete:

- A) as Câmaras Criminais.
- B) à Seção Criminal.
- C) ao Tribunal Pleno.
- D) às Câmaras Cíveis.
- E) ao Conselho Superior da Magistratura.

36 - Assinale a alternativa **correta**

- A) A garantia do direito de propriedade estabelecida pela Constituição Federal é um direito absoluto do cidadão, não podendo o Estado intervir na propriedade privada.
- B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata e eficácia limitada.
- C) A lei penal para punir o infrator deve ser anterior ao fato praticado.
- D) É vedada a assistência religiosa em estabelecimentos militares de internação coletiva
- E) O direito de obter de certidões dos órgãos e repartições administrativas é assegurado de maneira absoluta ou indiscriminada.

37 - Dentre as garantias fundamentais, existem os denominados "remédios constitucionais", que são garantias instrumentais que visam evitar ou reparar ilegalidade ou abuso de poder aos direitos fundamentais. Qual das alternativas abaixo **não** se refere a um "remédio constitucional"?

- A) Ação Penal
- B) Mandado de Segurança Coletivo
- C) Mandado de Injunção
- D) Habeas Data
- E) Ação Popular

38 - Assinale a alternativa **correta**

- A) Dentre outras condições de elegibilidade, a idade mínima para o cargo de Senador é 30 (trinta) anos.
- B) O prefeito em segundo mandato, para concorrer ao cargo de vereador, deve renunciar ao respectivo mandato até três meses antes do pleito.
- C) A lei que alterar o processo eleitoral entrara em vigor um ano depois da data de sua promulgação.
- D) É vedada a cassação de direitos políticos, mas sua perda ou suspensão se dará no caso de incapacidade civil absoluta
- E) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, inclusive estrangeiros residentes no País.

39 - Sobre o Poder Judiciário podemos afirmar que:

- A) O Supremo Tribunal Federal tem jurisdição apenas no Distrito Federal.
- B) O Conselho Nacional de Justiça tem sede em cada capital dos estados brasileiros.
- C) Somente as decisões judiciais dos juizes e tribunais devem ser motivadas.
- D) Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente ainda que sem caráter decisório.
- E) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente.

40 - Qual dos sujeitos abaixo **não** é legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade?

- A) Procurador Geral da República
- B) Senador da República.
- C) Governador do Estado.
- D) Entidade de classe de âmbito nacional.
- E) Presidente da República.

Conhecimentos Específicos

41 - Sobre os princípios da administração pública, é **correto** afirmar que:

- A) A aplicação do princípio da supremacia do interesse público se legitima quando utilizado como instrumento para o alcance dos interesses coletivos, o que inclui a satisfação de interesses e conveniências próprias do aparelho estatal e dos seus agentes públicos.
- B) O princípio da legalidade estabelece que a validade e eficácia da atividade administrativa ficam condicionadas à observância da norma legal. Isso significa dizer que ao administrador, diante de um caso concreto, é vedado o exercício de atuação discricionária, ainda que vise atender a finalidade legal.
- C) O dever de publicidade dos atos e programas dos órgãos públicos de forma desvinculada da pessoa dos administradores, limitando-a ao caráter educativo, informativo ou de orientação social se configura no princípio da impessoalidade.
- D) Os bens, direitos e interesses da administração pública, ao ser confiados aos agentes políticos eleitos pelo povo, poderão ser livremente alienados ou renunciados.
- E) O princípio da eficiência deve ser aplicado com cautela, especialmente na hipótese de redução de despesas com pessoal, pois a redução de cargos comissionados e funções gratificadas contribui para o atravancamento da máquina administrativa.

42 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) Os órgãos públicos que compõem a administração pública direta, ou seja, que integram a estrutura do Estado, não possuem personalidade jurídica própria, não têm vontade própria e não podem ser sujeitos de direitos e obrigações.
- B) As pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta não estão subordinadas aos procedimentos financeiros públicos, como regras de contabilidade pública e aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- C) As pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta possuem personalidade jurídica própria, e por isso a responsabilidade sobre seus atos, patrimônio e receita próprias e relativa autonomia técnica, administrativa e financeira, posto que permanecem subordinadas à administração direta, especialmente quanto ao aspecto orçamentário e financeiro.
- D) O controle externo das pessoas jurídicas que compõem a administração pública indireta é realizado exclusivamente pelo órgão da administração direta que a criou.
- E) A extinção de uma pessoa jurídica que compõe a administração pública indireta poderá ser realizada por Decreto do Poder Executivo, em razão do paralelismo de formas.

43 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, dotadas de capital exclusivamente público, com capacidade administrativa, criadas para a prestação de serviço público e que gozam de imunidade tributária para impostos, desde que ligada à sua finalidade específica
- B) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado composta por capital exclusivamente público, criadas para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividades econômicas, sob qualquer modalidade empresarial.
- C) As empresas públicas que exercem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias
- D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado, voltadas para a exploração de atividade econômica ou para a prestação de serviços públicos.
- E) As empresas públicas e sociedades de economia mista não estão sujeitas às regras gerais da Lei nº 8 666/93, que trata de licitações e contratos.

44 - Sobre o controle da administração pública, podemos afirmar que:

- A) Não cabe ao Poder Legislativo verificar se o Poder Executivo está cumprindo as metas previstas no Plano Plurianual, bem como se a execução dos programas de governo está de acordo com o orçamento aprovado.
- B) O Sistema de Controle Interno é uma exigência constitucional obrigatória para os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, e facultativa para os órgãos do Poder Judiciário.
- C) O controle das infrações político-administrativas do Chefe do Poder Executivo cabe exclusivamente ao Poder Judiciário.
- D) Compete aos Tribunais de Contas aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos da administração pública.
- E) Cabe ao Poder Judiciário realizar o controle da conveniência e oportunidade dos atos administrativos praticados pelos demais poderes.

45 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) O poder regulamentar é conferido ao administrador para distribuir e escalonar as funções dos órgãos, bem como para ordenar e rever a atuação de seus agentes.
- B) Os atos de polícia administrativa são atos administrativos e, como tais, submetem-se tanto ao controle administrativo, quanto ao controle judicial.
- C) O poder de polícia decorre da existência de relação hierárquica, admitindo a aplicação de penalidades aos servidores em decorrência da prática de infrações e aos particulares em razão de descumprimento de preceito normativo.
- D) O poder discricionário permite que o administrador atue de forma contrária à lei visando melhor preservar o interesse da coletividade.
- E) O poder de polícia caracteriza-se pela ausência dos atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade.

46 - Os atos administrativos em que a Administração pratica usando da sua supremacia sobre os administrados, podem ser classificados como:

- A) Atos de Império
- B) Atos de Gestão
- C) Atos de Expediente
- D) Atos Inexistentes
- E) Atos Declaratórios

47 - Assinale a alternativa **correta**

- A) A retirada do ato administrativo do ordenamento jurídico, em virtude do descumprimento, pelo seu destinatário, das condições impostas e que devam ser mantidas dá-se o nome de renúncia.
- B) O desaparecimento do sujeito ou do objeto não é causa de extinção do ato administrativo.
- C) O fundamento para a convalidação é a preservação da ordem jurídica e social, garantido-se a estabilidade das relações já constituídas.
- D) A extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, efetuada por razões de conveniência e oportunidade, respeitando-se os efeitos precedentes, dá-se o nome de cassação.
- E) O elemento viciado de um ato administrativo imoral é o motivo.

48 - Qual das alternativas abaixo **NÃO** se refere a um ato negocial?

- A) Concessão
- B) Aviso
- C) Permissão
- D) Homologação
- E) Admissão

49 - Sobre a Ação Penal, assinale a alternativa **correta**

- A) A ação penal privada é promovida mediante denúncia do ofendido ou pelo Ministério Público mediante representação do ofendido.
- B) A retratação da representação poderá ocorrer em qualquer fase da ação penal.
- C) Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido ou seu representante legal poderão exercer o direito de queixa, dentro do prazo de 03 meses, contado do dia em que vierem a saber quem foi o autor do crime.
- D) O direito de queixa é irrenunciável.
- E) Não é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória.

50 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem, consiste no crime de:

- A) Falsidade ideológica.
- B) Uso de documento falso.
- C) Falsa identidade.
- D) Falsidade material de atestado ou certidão.
- E) Falsificação de documento público.

51 - Na corrupção passiva, se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outro, fica sujeito a(s) pena(s) de:

- A) Detenção ou multa.
- B) Apenas multa.
- C) Apenas detenção.
- D) Apenas reclusão.
- E) Reclusão e multa

52 - Assinale a alternativa correta

- A) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente comete o crime de prevaricação.
- B) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza comete o crime de concussão.
- C) O funcionário público que modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente comete o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informação
- D) A pena prevista para os crimes praticados por funcionarios publicos contra a administração em geral sera aumentada da terça parte quando os autores dos crimes forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
- E) O funcionário público que modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente não comete crime, mas apenas infração administrativa.

53 - Assinale a alternativa correta.

- A) O sujeito ativo do crime de corrupção ativa é o funcionario público.
- B) O objeto juridico protegido no crime de corrupção ativa é a probidade da administração, e tenta se evitar que uma ação externa corrompa a administração pública através de seus funcionários.
- C) O crime de corrupção ativa somente se consuma se o funcionário público retardar ou omitir ato de ofício, ou praticar ato infringindo dever funcional.
- D) O sujeito ativo da corrupção passiva pode ser qualquer pessoa.
- E) Para efeitos penais, considera-se funcionario publico quem exerce cargo, emprego ou função pública mediante remuneração

54 - O crime de tergiversação consiste em:

- A) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionano de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.
- B) Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado.
- C) O advogado ou procurador judicial, defender na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.
- D) Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.
- E) Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva.

55 - Assinale a alternativa correta

- A) O direito à sucessão aberta, para efeitos legais, é um bem móvel.
- B) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de moveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
- C) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações, para efeitos legais, são bens imóveis.
- D) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregarem.
- E) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, para os efeitos legais, são considerados bens móveis.

56 - Serão registrados em registro público, **exceto**:

- A) a interdição por incapacidade absoluta
- B) a emancipação por sentença do juiz.
- C) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- D) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- E) as sentenças que decretarem o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal.

57 - A pretensão de reparação civil e a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, prescrevem, respectivamente, em:

- A) 05 anos e 02 anos
- B) 01 ano e 03 anos
- C) 03 anos e 05 anos
- D) 05 anos e 03 anos
- E) 02 anos e 05 anos

58 - Sobre a Responsabilidade Civil, é **correto** afirmar que:

- A) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- B) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido, mas caso este não consiga provar a existência de prejuízo material não há que se falar em indenização.
- C) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido apenas das despesas do tratamento.
- D) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la cessa com o falecimento do ofendido ou do ofensor.
- E) Os empresários individuais somente respondem pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, se comprovada a existência de dolo ou culpa.

59 - Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal, não deve ser casar.
- B) O casamento pode ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.
- C) O adultério é um dos motivos que pode caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida.
- D) A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens.
- E) Com o casamento, o homem assume a responsabilidade pelos encargos da família, cabendo-lhe, exclusivamente, a direção da sociedade conjugal, que será exercida sempre no interesse dos filhos.

60 - Assinale a alternativa **correta**.

- A) A confissão materna exclui a paternidade.
- B) Os bens imóveis são de propriedade do cônjuge cujo nome constar no registro.
- C) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar.
- D) Quando o casal não opta por um regime de bens, vigorará o regime da comunhão universal de bens.
- E) O pacto antenupcial poderá ser feito por escritura pública ou instrumento particular, devendo conter o reconhecimento de firma dos nubentes.